

NEWS WEB JORNALISMO

04

• PORTAL T5

MPF e defensorias públicas inspecionam áreas demolidas na Vila Nassau

<https://www.portalt5.com.br/noticias/paraiba/2019/6/221643-mpf-e-defensorias-publicas-inspecionam-areas-demolidas-no-porto-do-capim>

• WSCOM

Procurador do MPF acusa falta de diálogo da PMJP com os moradores da região do Porto do Capim

<https://www.wsc.com.br/noticia/procurador-do-mpf-acusa-falta-de-dialogo-da-pmjp-com-os-moradores-da-regiao-do-porto-do-capim/>

• BLOG DO HELDER MOURA

TCE acolhe denúncia contra Ricardo Coutinho por reduzir duodécimo e causar dano de R\$ 107 milhões à Defensoria

<https://www.heldermoura.com.br/tce-acolhe-denuncia-contra-ricardo-coutinho-por-reduzir-duodecimo-e-causar-dano-de-r-107-milhoes-a-defensoria/>

• MAIS PB

MPF e Defensorias vistoriam Porto Capim

<https://www.maispb.com.br/384146/mpf-e-defensorias-publicas-inspecionam-obras-no-centro-historico.html>

LDO deve ser aprovada sem emenda impositiva

<https://www.maispb.com.br/384210/ldo-deve-ser-aprovada-sem-emendas-impositivas.html>

• CLICK PB

Representantes do Ministério Público Federal e defensorias inspecionam demolição no Porto do Capim

<https://www.clickpb.com.br/politica/representantes-do-ministerio-publico-federal-e-defensorias-inspecionam-demolicao-porto-do-capim-261561.html>

• REPÓRTER PB

MPF, DPU e DPE inspecionam áreas demolidas no Porto do Capim

<https://www.reporterpb.com.br/noticia/gerais/2019/06/04/mpf-dpu-e-dpe-inspecionam-areas-demolidas-no-porto-do-capim/91251.html>

• PARAÍBA JÁ

MPF constata irregularidades em demolições e notificará PMJP para ressarcir moradores do Porto do Capim

<https://paraibaja.com.br/mpf-constata-irregularidades-em-demolicoes-e-notificara-pmjp-para-ressarcir-moradores-do-porto-do-capim/amp/>

DPU inspeciona ações da PMJP no Porto do Capim: danos estruturais, fios soltos e sem engenheiros

<https://paraibaja.com.br/dpu-inspeciona-acoes-da-pmjp-no-porto-do-capim-danos-estruturais-fios-soltos-e-sem-engenheiros/>

• G1 PARAÍBA

Demolição de casas no Porto do Capim em João Pessoa tem problemas de execução, diz MPF

<https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2019/06/04/demolicao-de-casas-no-porto-do-capim-em-joao-pessoa-tem-problemas-de-execucao-diz-mpf.ghtml>

• PORTAL CORREIO

Órgãos constata irregularidades em demolições na Capital

<https://portalcorreio.com.br/orgaos-irregularidades-demolicoes-capital/>

• WSCOM

Parque Sanhauá: inspeção constata irregularidades em demolições no Centro Histórico de João Pessoa

<https://www.wsc.com.br/noticia/mpf-inspecao-constata-irregularidades-em-demolicoes-no-centro-historico-de-joao-pessoa/>

• PORTAL MÍDIA

Promotora destaca lançamento da campanha 'Não é não, também no São João'

<https://paraibaonline.com.br/2019/06/promotora-destaca-lancamento-da-campanha-nao-e-nao-tambem-no-sao-joao/>

• PARAÍBA ONLINE

Núcleo de Atendimento da Defensoria Pública em Patos muda de endereço

<https://www.patosonline.com/noticia/gerais/72913/nucleo-de-atendimento-da-defensoria-publica-em-patos-muda-de-endereco>

• PB AGORA

Polícia intensifica ações contra importunação sexual durante São João

<http://www2.pbagora.com.br/noticia/paraiba/20190604104312/policia-intensifica-acoes-contra-importunacao-sexual-durante-sao-joao>

Governo lança campanha contra importunação sexual nesta quarta

<https://www2.pbagora.com.br/noticia/paraiba/20190604162015/governo-lanca-campanha-contra-importunacao-sexual-nesta-quarta>

05

• PORTAL T5

Campanha contra importunação sexual no São João é lançada em C. Grande

<https://www.portalt5.com.br/noticias/paraiba/2019/6/222062-campanha-contra-importunacao-sexual-no-sao-joao-e-lancada-em-campina-grande>

• PARAÍBA.COM

Órgãos constataam irregularidades nas demolições realizadas pela PMJP no Porto do Capim

<http://paraiba.com.br/2019/06/05/orgaos-constatam-irregularidades-nas-demolicoes-realizadas-pela-pmjp-no-porto-do-capim/>

DPE-PB abre inscrições para Encontro Nacional e Capacitação em Alternativas Penais

<http://paraiba.com.br/2019/06/05/dpe-pb-abre-inscricoes-para-encontro-nacional-e-capitacao-em-alternativas-penais/>

• BRASIL DE FATO PB

Demolições e remoções no Porto do Capim. O que está em jogo no Parque Sanhauá?

<https://www.brasildefato.com.br/2019/06/05/demolicoes-e-remocoes-no-porto-do-capim-o-que-esta-em-jogo-no-parque-sanhaui/>

• PARAÍBA ONLINE

Lançada a campanha 'Não é Não também no São João'

<https://paraibaonline.com.br/saojoao/lancada-a-campanha-nao-e-nao-tambem-no-sao-joao/>

06

• PRIMEIRAS NOTÍCIAS

Campanha 'Não é não, também no São João' ganha as ruas; Lançamento em JP é nesta sexta

<https://primeirasnoticias.com.br/noticia/12409/campanha-nao-e-nao-tambem-no-sao-joao-ganha-as-ruas-lancamento-em-jp-e-nesta-sexta>

07

• PREFEITURA DE JOÃO PESSOA

Prefeitura de João Pessoa abraça campanha 'Não é não também no São João'

<http://www.joaopessoa.pb.gov.br/prefeitura-de-joao-pessoa-abraca-campanha-nao-e-nao-tambem-no-sao-joao/>

08

• G1 PB

Entenda processo de revitalização e retirada de famílias do Porto do Capim em João Pessoa

<https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2019/06/08/entenda-processo-de-revitalizacao-e-retirada-de-familias-do-porto-do-capim-em-joao-pessoa.ghtml>

09

• BRASIL DE FATO PB

Seminário para debater a questão urbana na PB reúne dezenas de movimentos sociais

<https://www.brasildefato.com.br/2019/06/09/seminario-para-debater-a-questao-urbana-na-pb-reune-dezenas-de-movimentos-sociais/>

12

• PORTAL TV CARIRI

Mamanguape se prepara para receber lançamento da campanha "Não é não, também no São João"

<https://www.portaltvcariri.com.br/mamanguape-se-prepara-para-receber-lancamento-da-campanha-nao-e-nao-tambem-no-sao-joao/>

13

• MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PB

Após inspeção no Porto do Capim, órgãos expedem recomendação conjunta à Prefeitura de João Pessoa

<http://www.mpf.mp.br/pb/sala-de-imprensa/noticias-pb/apos-inspecao-no-porto-do-capim-orgaos-expedem-recomendacao-conjunta-a-prefeitura-de-joao-pessoa/view>

• DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO PB

DPU realiza relatório sobre demolições na Comunidade Porto do Capim na PB

<https://dpu.def.br/noticias-paraiba/147-noticias-pb-slideshow/51145-dpu-realiza-relatorio-sobre-demolicoes-na-comunidade-porto-do-capim-na-pb>

• PB AGORA

MPF recomenda que PMJP altere horário de obras e recolha entulhos

<https://www.pbagora.com.br/noticia/paraiba/mpf-recomenda-que-pmjp-altere-horario-de-obras-e-recolha-entulhos/>

• MAIS PB

Porto Capim: MPF faz recomendação à PMPJ

<https://www.maispb.com.br/387056/mpf-recomenda-que-pmjp-mude-horario-de-inicio-das-obras-e-recolha-entulhos.html>

17

• WSCOM

Em esforço concentrado, ALPB aprova concurso com 400 vagas na Fundac e blindagem de viaturas na Paraíba

<https://www.wsc.com.br/alpb-aprova-concurso-com-400-vagas-na-fundac-e-blindagem-de-viaturas/>

18

• PORTALT5

Confira o que abre e fecha em João Pessoa no feriado Corpus Christi

<https://www.portalt5.com.br/noticias/paraiba/2019/6/226089-confira-o-que-abre-e-fecha-em-joao-pessoa-no-feriado-corpus-christi>

19

• G1 PB

Veja o que abre e o que fecha no 'feriadão' de Corpus Christi e São João, em João Pessoa

<https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2019/06/19/veja-o-que-abre-e-o-que-fecha-no-feriadao-de-corpus-christi-e-sao-joao-em-joao-pessoa.ghtml>

20

• PB NEWS

DPE participa de evento voltado à conscientização do autismo

<https://pbnews.com.br/cidades/2019/06/dpe-participa-de-evento-voltado-a-conscientizacao-do-autismo.html>

Diretor do Depen reitera compromisso com projeto de Visita Virtual da DPE-PB

<https://pbnews.com.br/cidades/2019/06/diretor-do-depen-reitera-compromisso-com-projeto-de-visita-virtual-da-dpe-pb.html>

• PARAÍBA.COM

Paraibano, secretário de Proteção Global anuncia prazo para chegada de Van dos Direitos

<http://paraiba.com.br/2019/06/20/paraibano-secretario-de-protecao-global-anuncia-prazo-para-chegada-de-van-dos-direitos/>

21

• JORNAL DA PARAÍBA

Veja o que funciona no feriadão de Corpus Christi até o São João em JP e CG

http://www.jornaldaparaiba.com.br/vida_urbana/veja-o-que-funciona-no-feriadao-de-corpus-christi-ate-o-sao-joao-em-jp-e-cg.html

24

• ANADEP

PB: DPE participa de evento voltado à conscientização do Autismo

<https://anadep.org.br/wtk/pagina/materia?id=41299>

IMPRESSO

01

• CORREIO DA PARAIBA

Caderno Política - A3

Estado reforça defesa dos recursos públicos

André Gomes

O governador João Azevêdo (PSB) assinou ontem as instalações do Comitê de Auditoria Interna e Riscos do Poder Executivo e o Comitê Integrado de Controle Interno do Estado da Paraíba, composto por integrantes dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público, do Tribunal de Contas (TCE) e da Defensoria Pública com o objetivo de reforçar a defesa do patrimônio público estadual. Para explicar o funcionamento dos comitês, o governador utilizou como exemplo o jogo do Botafoogo contra o Fortaleza na final da Copa do Nordeste.

"As linhas de defesa que temos com esses comitês, deveríamos ter levado para o Botafoogo lá naquele jogo, talvez tivesse dado mais resultado. É necessário a cada dia que passa montarmos instrumentos de controle e acompanhamento das ações para permitir que tenhamos, por parte da população, o acompanhamento de tudo. Quanto mais transparência tivermos nesses processos, melhor", destacou Azevêdo.

De acordo com o governador, os dois comitês fazem parte de um conselho de gestão ligados a Controladoria Geral do Estado. Ele também ressaltou o pioneirismo da Paraíba na implantação, demonstrando a preocupação do Governo de assegurar governabilidade, transparência e eficiência.

"Esses instrumentos são importantíssimos para a governança, pois adotam as melhores práticas reconhecidas internacionalmente. Essa posição de vanguarda sempre foi uma característica do Estado que, mesmo com suas limita-



Na Capital. João Azevêdo criou os comitês durante seminário sobre governança e gestão pública

ções, busca o aprimoramento da gestão para melhorar sua eficiência na utilização dos recursos do cidadão", pontuou o governador.

A especialista sênior em gerenciamento financeiro do Banco Mundial, Susana Amaral, enalteceu o interesse do Governo da Paraíba de buscar

parcerias para a realização de eventos que visam conscientizar

z os gestores públicos acerca da necessidade de adoção de uma auditoria interna moderna. "A adesão da Paraíba é importante tanto em nível estratégico regional, quanto nacional. Deve ser incluída na estratégia de planejamento da gestão estadual para atingir os objetivos", declarou.

Financeira

Seminário sobre gestão foi prestado por representantes do MP e do TCE.

Empréstimo de US\$ 42 mi

O governador aproveitou a ocasião para anunciar a aprovação do empréstimo de US\$ 42 milhões junto à Comissão de Financiamentos Externos (Cofex), do Ministério da Economia, para ações do programa de modernização da gestão fiscal voltadas à governança e ao governo digital.

O secretário da Controladoria Geral do Estado, Leidão Tenório, destacou que o Seminário promovido ontem sobre Governança e Boas Práticas em Gestão Pública teve o objetivo de sensibilizar os gestores sobre a importância da governança.

"As palestras têm um foco para os secretários e dirigentes de órgãos que passam a ter a oportunidade de conhecer as melhores e mais modernas práticas adotadas no mundo em termos de governança, de sistemas de controle e de

que têm rating B pelo Tesouro Nacional, o que demonstra o cuidado de toda a equipe que compõe o Governo com as finanças", frisou.

que têm rating B pelo Tesouro Nacional, o que demonstra o cuidado de toda a equipe que compõe o Governo com as finanças", frisou.

O secretário da Controladoria Geral do Estado, Leidão Tenório, destacou que o Seminário promovido ontem sobre Governança e Boas Práticas em Gestão Pública teve o objetivo de sensibilizar os gestores sobre a importância da governança.

"As palestras têm um foco para os secretários e dirigentes de órgãos que passam a ter a oportunidade de conhecer as melhores e mais modernas práticas adotadas no mundo em termos de governança, de sistemas de controle e de

mecanismos para melhorar a gestão", explicou Tenório.

O secretário Gilmar Martins (Planejamento, Orçamento e Gestão) disse que as discussões dão continuidade às ações de aprimoramento do sistema de controle interno do Executivo e contribui com a melhoria da gestão pública. "O objetivo é de que os recursos públicos alcancem seus propósitos para que as ações do Governo sejam atendidas da melhor forma possível. Nesse seminário, o Banco Mundial traz experiências do resto do mundo para passar orientações com a intenção de avançarmos no controle interno", avaliou o secretário.

Campanha é lançada em CG

CONTRA IMPORTUNAÇÃO SEXUAL, NÚCLEO DE GÊNERO ARTICULA CAMPANHA PELOS DIREITOS DAS MULHERES

O Núcleo Estadual de Gênero do Ministério Público da Paraíba e órgãos integrantes da Rede Estadual de Assistência Mulheres (Rede Estadual de Assistência - REAM) lançaram, nesta quarta-feira, dia 4, em Campina Grande, a campanha "Não é não, também não são João". O objetivo é conscientizar a sociedade e dos meios de comunicação para a prevenção da violência de gênero e preservação da integridade física e psicológica das mulheres, nas formas físicas, de forma permanente, no cotidiano. Na próxima sexta-feira, a iniciativa será lançada em João Pessoa.

A iniciativa ganhou novos parceiros nos últimos dias e já conta com a adesão de 12 municípios paraibanos, que farão a divulgação da campanha nas festividades, Na Capital, o evento será no auditório do MPPI, no Centro da cidade, na próxima sexta-feira, às 10h.



Neste São João, vai ter malho, foguete, farras... E também vai ter respeito com as mulheres sim, senhor! **Acilene e Alder**

Foram elaboradas diversas peças (pôster, vídeos, cartazes, banners, banners, camisetas, panfletos), que serão reproduzidas nas redes sociais e em eventos juninos e distribuídas durante as festas juninas, nas cidades que aderiram à campanha. Também haverá ações presenciais dos órgãos envolvidos nos eventos juninos.

Estão juntos na articulação do movimento o Núcleo de Gênero do MPPI, o Tribunal de Justiça (TJ/PB) e a Defensoria Pública. A Associação Paraibana do Ministério Público (AMPMP), o Governo do Estado, através do secretário de Estado de Segurança e Defesa Social (Gedson de Azevedo e da Cidadania Humana (Gedson), Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, a Câmara Municipal de João Pessoa, a Assembleia Legislativa, a Federação das Associações dos Municípios da Paraíba (Famup) e o grupo Nod.

"A campanha lançada no município da Paraíba tem o objetivo de conscientizar a sociedade sobre a importância de prevenir e evitar crimes de violência contra as mulheres, através de ações preventivas e educativas, bem como de oferecer suporte às vítimas de violência, através de serviços de atendimento especializado, como o atendimento telefônico 190 (emergência da Polícia Militar) e 197 (disque-denúncia da Polícia Civil), as quais são de importância crucial para a segurança das mulheres em suas cidades", afirma a coordenadora do Núcleo de Gênero do MPPI, Acilene de Azevedo.

ADESÕES cidades que aderiram à campanha

- > Campina Grande
- > João Pessoa
- > Marizópolis
- > Belém
- > Itaíba
- > Bananeiras
- > Cajazeiras de Dentro
- > Duas Estradas
- > Monteiro
- > Quatzenberg
- > Esperança

Apoiadores da iniciativa

O evento contou com a participação do procurador de Justiça, Valdeir Soares de Lima, e dos promotores Rosane Araújo, Carolina Brito da Travençolo, Edmilene Pessoa, integrantes do Núcleo de Gênero do MPPI, do promotor coordenador auxiliar do MPPI, Cláudio Bezerra, do juiz coordenador da Vara de Juízo Doméstico do Tribunal

de Justiça da Paraíba, Graziella Quinteiro do juiz de Combate à Violência Doméstica e Familiar de Campina Grande, Antônio Gonçalves Brito, da secretária de Estado da Mulher e Diversidade Humana, Gilvânia Soares, do coordenador da Delegacia Especializada no Atendimento às Mulheres no Estado da Paraíba, Márcia Feliza de Araújo, do chefe de gabinete e da secretária de Assistência Social do Prokurador de Justiça, Renato Cunha Lima e Eva Gouveia, respectivamente, e dos representantes da Assembleia Legislativa, deputada Carolina Travençolo, da Defensoria Pública, Fátima Diniz, e do Corpo de Bombeiros, major Joana Menon.

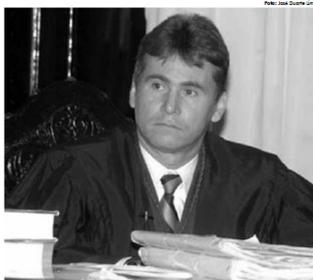


Lançamento. Leito no período da lei, em CG, foi prestigiado pelo público e representantes do órgão

08 Solicitação de preferência de precatório será feita online

Requerimento eletrônico deve agilizar o andamento do processo e já está disponível no site do Tribunal de Justiça da Paraíba

O site do Tribunal de Justiça da Paraíba (www.tjpb.jus.br) disponibilizou o Requerimento Eletrônico de Preferências Constitucionais de Precatórios (Repre), por meio do qual serão solicitados os créditos preferenciais - de natureza alimentícia - e cujos credores sejam portadores de doença grave ou possuem mais de 60 anos - previstos no artigo 100, § 2º, da Constituição Federal. A apresentação do sistema foi feita na presença do TJPI.



Presidente do TJPI, desembargador Gustavo Próprio, recebeu o presidente do TJPI, Francisco Sérgio, e o presidente do TJPI, Francisco Sérgio, e o presidente do TJPI, Francisco Sérgio.

Após escolher o layout do formulário e o passo a passo de preenchimento, que foram expostos, na ocasião, pelo gerente de sistemas, Marcelo Borba, e pelo analista de sistemas, Geovani Dias, o presidente do TJPI, desembargador Márcio Moreira da Cunha Ramos, destacou, principalmente, a economia de servidor, papel e a segurança da informação.

O juiz auxiliar da presidência do TJPI responsável pela Pasta de Precatórios, Gustavo Próprio, disse que o setor recebe cerca de 60 requerimentos por dia. O magistrado explicou que, antes, o pedido era feito de forma física, por meio de uma junta de todos os documentos necessários e com a necessidade de se deslocar até o Tribunal de Justiça. "Agora, parte e advogado podem realizar a solicitação eletronicamente, de qualquer lugar, mesmo que o processo seja físico", concluiu.

Gustavo Próprio afirmou que já existe uma parte dos precatórios transferido no sistema. Isso, como é o caso dos requerimentos de 2019.

Lenore, porém, que ainda existe um acervo de mais de 13 mil processos de precatórios físicos, alguns com mais de 500 credores.

"Esta medida vai agilizar a análise, a distribuição, a liquidação, a expedição e a entrega do precatório ao credor. Destaca esta modernização do setor e a facilidade de uso. Os usuários não terão dificuldades, pois é um formulário autoexplicativo, com uma orientação a cada passo", declarou o juiz, que esteve acompanhado dos servidores da Central de Precatórios, Jairo Linden e João Paulo (gerente).

Presente na apresentação, o procurador-geral

Unipê condenado por propaganda enganosa

A Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça da Paraíba condenou, por uma sentença, o Centro Universitário de João Pessoa (Unipê) a pagar indenização por danos morais e materiais, no valor de R\$ 10 mil, por não ter cumprido com o prometido de desconto de 15% para curso de pós-graduação.

Ainda na decisão, a instância superior não reconheceu o pagamento relativo ao mês de novembro de 2012, apesar de devidamente quitado.

Após dar provimento ao pagamento do mês de novembro de 2012 e determinar que a matrícula jurídica tratada em partes configura relação de consumo, uma vez que o Unipê figura na condição de fornecedor de produtos e serviços e os alunos no conceito de consumidor, como dispõem os artigos 2º e 3º da Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

No âmbito das normas de interpretação, a Lei nº 8.078/1990 estende como um dos direitos básicos do consumidor a proteção contra a publicidade enganosa e abusiva, mediante mecanismos corretivos ou de indenização, bem como contra práticas e cláusulas abusivas ou impostas no fornecimento de produtos e serviços, em caso de valor

Governador nomeia integrantes do CICIP

Sara Gomes
sara.gomesilva@gmail.com

O governador João Azevêdo nomeou os membros do Comitê de Auditoria Interna e Riscos do Poder Executivo Estadual e o Comitê Integrado de Controle Interno do Estado da Paraíba (CICIP), por meio do Diário Oficial, publicado no dia 1º. Essa nomeação executa a Lei Estadual de nº 11.264, criada em 29 de dezembro de 2018, com o objetivo de fortalecer a governança, melhores práticas de controle e integração entre os órgãos públicos.

A lei disciplina a forma

de estruturação do Sistema Integrado de Controle Interno nos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, o Tribunal de Contas, o Ministério Público e a Defensoria Pública, esclarece conceitos e definições técnicas, assim como atribuições e responsabilidades dos setores e unidades que compõem o Sistema de Controle Interno. A instituição desta legislação busca proporcionar segurança quanto à realização dos objetivos relacionados a operações, de divulgação e de conformidade dos órgãos envolvidos.

Transparência na Casa

A Assembleia Legislativa instalou seis comissões administrativas como forma de garantir mais transparência às ações da Casa. Em ato publicado no Diário do Poder Legislativo de ontem, o presidente Adriano Galvão indicou os servidores que irão compor as comissões de Recursos Humanos, Inquérito Administrativo, Avaliação de Desempenho Funcional, Modernização Administrativa, Permanente de Transparência e de Atualização de Cargos.

Apesar dos 184 anos do Poder Legislativo, o presi-

dente Adriano Galvão destacou a produção legislativa, além do lançamento de ferramentas para aumentar ainda mais a transparência da Casa e o envolvimento das despesas, como o novo projeto que vai eliminar o papel e digitalizar todo o trâmite legislativo.

Atuação

Galvão disse que uma das prioridades é garantir uma administração com despesas controladas.

Dentro da política de transparência das ações, Galvão lembrou que a ALPB transmitiu este ano, pela primeira vez na história da Casa, um processo de licitação visando à contratação de empresa para locação de veículos para Casa.

A Assembleia da Paraíba aprovou também Projeto de Lei 16/2019, de autoria do deputado Manoel Ludgério (PSD) e assinado pelo presidente Adriano Galvão, que determina que, através do Portal da Transparência, sejam transmitidos ao vivo os processos licitatórios realizados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta do Estado, ou seja, pelo Poder Legislativo, Poder Judiciário, Ministério Público Estadual, Tribunal de Contas do Estado e Defensoria Pública Estadual.

Outra ação adotada pelo Legislativo foi a instalação de um stand nos Oramentos Democráticos para ouvir as pessoas em todo o Estado. "As pessoas participaram de uma pesquisa referente às atividades parlamentares. Elas também sugeriram projetos de Lei, muitos relacionados à educação, segurança e saúde, que poderão ser elaborados pelos deputados", afirmou.



Lena Guimarães

lena_lrg@hotmail.com

Virando a chave

Os deputados estaduais paraibanos fecharam ontem o semestre com a aprovação do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2020, com uma despesa corrente de R\$ 11,2 bilhões. A peça vai permitir, entre outros avanços, o descongelamento do duodécimo repassado aos Poderes Legislativo, Judiciários e aos órgãos - Ministério Público, Defensoria Pública, Tribunal de Contas e UEPB. Será um aumento consensual em torno de 7% no próximo ano e que, segundo o presidente da Assembleia Legislativa, Adriano Galdino, será rediscutido anualmente entre o Executivo e os demais poderes.

A decisão de permitir o reajuste, do governador João Azevêdo, foi comemorada antes, durante e depois da sessão de ontem que confirmou a LDO do descongelamento do duodécimo e da retomada das relações institucionais na Paraíba, segundo alguns parlamentares.

O próprio relator da matéria na Casa, o deputado Tião Gomes (aliado de primeira hora do ex-governador Ricardo Coutinho), afirmou que a Paraíba avança nas relações institucionais com o descongelamento pelo atual governador João Azevêdo. Tião afirmou, em entrevista no Correio Debate da 98 FM, que "João dá o aumento dele e o que Ricardo não deu no ano passado", se referindo ao percentual de 7% - somados o INPC de 2018 e 2019.

O relator também destacou a capacidade de Azevêdo chamar para conversar os chefes dos demais poderes, sem deixar de enaltecer a atuação mediadora do deputado Adriano Galdino em todo o processo de convencimento para se chegar a uma LDO consensual.

O processo de construção de bases para o projeto da LDO aprovado ontem também foi elogiado pelo líder da oposição na Casa, o deputado Raniery Paulino. Segundo ele, tanto o relator quanto a base governista tiveram a capacidade manter um alto nível nas discussões e também pelo respeito ao espírito democrático ao conversar com todos os lados envolvidos.

Raniery Paulino, no entanto, deixa claro que ainda tem muito a ser discutido no segundo semestre quando chegar à Casa o projeto da Lei Orçamentária para o ano que vem. Ele destacou pontos como o déficit previdenciário superior a R\$ 2 bilhões e também o fato da LDO prever renúncia fiscal no mesmo patamar, um recurso que faz falta em outras áreas e precisa ser equacionado.

O semestre foi altamente positivo, porém, deixar uma pauta com 233 matérias para a última hora poderia ser evitado. Houve aumento de 361% na produção com relação ao primeiro semestre do ano passado.

Bem, com o dever de casa feito, agora os parlamentares só voltam às atividades no mês de agosto. Pelo menos é o previsto, já que ecoam nos corredores da Assembleia, que uma nova reforma predial está para ser executada. Saber quando começa e por quanto tempo, é o que todos esperam. *(Por Damásio Dias)*

Opinião - Informe - A6

Descongelando o orçamento

A aprovação, unânime, da LDO de 2020 na ALPB trouxe novas perspectivas na relação entre os Poderes constituídos no Estado e possibilidades de avanços na execução orçamentária. Entre os avanços destacados pelo deputado Tião Gomes, que atuou como relator, está o aumento de 1% para 1,2% referente à reserva para emendas parlamentares, o que equivale a cerca de R\$ 140 milhões, e um aumento de R\$ 24 milhões que corresponde a 0,2% no orçamento do próximo ano.

Como bem destacou o parlamentar, que atuou com muita habilidade, durante as discussões da LDO foi feito um trabalho muito importante para o Estado, através do consenso e da abertura do diálogo construído pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além do MPPB e Defensoria Pública, que tiveram muita coragem em discutir suas necessidades. Além da abertura do governador João Azevêdo, que sinalizou que irá aumentar o duodécimo. Até porque, em que pese a crise financeira, o equilíbrio fiscal conquistado pela Paraíba lhe dará margem para isso.

• JORNAL A UNIÃO

Caderno Política - 13

Assembleia limpa pauta, mas na Câmara fica tudo para hoje

Alguns deputados e vereadores terminam semestre recorrendo ao Conselho de Ética contra colegas de plenário

Admilson José

Aconteceu de tudo ontem no esforço concentrado da Assembleia Legislativa e da Câmara Municipal de João Pessoa. Os deputados aprovaram a Lei de Diretrizes Orçamentárias num clima bastante tranquilo, mas nas duas Casas, especialmente na Câmara onde tudo terminou aliado pra hoje, sobram descontentamento e bate boca, com alguns vereadores e deputados propondo recorrer ao Conselho de Ética contra colegas de plenário.

Na Assembleia, a novidade na LDO do Estado foi o aumento para a reserva de emendas parlamentares que passou de 1% para 1,2%, um reajuste que chega a R\$ 24 milhões. As receitas totais previstas pelo Governo para 2019 ficaram mesmo na ordem de R\$ 11,2 bilhões e pelo menos 31 emendas dos deputados foram aproveitadas no texto e envio de metas e prioridades propostas pelo Governo 2020.

Entre as emendas aprovadas pelo relator Tião Gomes e aprovadas pelo Conselho de Ética do deputado Raniery Paulino (que pede a inclusão de produção de contingenciamento de verbas

para a UEPB); as contas de Raniery e Walker Virapiano (que descobriam um termo jurisdicionalmente inconstante no direito financeiro - Receita Operacional Líquida); a do deputado Jairo Araújo (que fez várias alterações de correção no texto da LDO); e a do deputado Adriano Galdino (que tratou dos orçamentos dos Poderes Legislativo e Judiciário, bem como do Tribunal de Contas, Ministério Público e Defensoria Pública).

Algumas emendas foram rejeitadas por invação de competência privativa de outros poderes, como a contratação de mais vinte juizes pelo Poder Judiciário", informou o relator Tião Gomes, ao citar também algumas que seriam repetitivas e que tratavam dos duodécimos dos poderes e de órgãos autônomos.

Emendas impositivas dependentes de mais negociações com o Governo e ficam para a Lei Orçamentária Anual (LOA) a ser elaborada no segundo semestre



Tião Gomes (na tribuna) defende relatório da LDO que traz aumento no duodécimo dos poderes, mas veto emenda pedida mais juizes para o Estado



Caderno Geral - 03

Tribunal de Justiça da Paraíba realiza sessão para julgamento de 18 processos

Hoje, às 9h, terá início a sessão do Pleno do Tribunal de Justiça da Paraíba, tendo em pauta 18 recursos, sendo 14 processos eletrônicos e quatro físicos. Há oito Acções Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) contra leis municipais e estadual, quatro Agravos Internos, três Mandados de Segurança, uma Revisão Criminal e dois Procedimentos de Investigação Criminal.

Os Procedimentos Investigatórios Criminais têm como

noticiados o defensor público Admilson Villarim Filho e o prefeito de Serra Grande, Jairo Halley de Moura Cruz. São relatores, respectivamente, o juiz convocado Carlos Eduardo Leite Lisboa e o desembargador Arnóbio Alves Teodósio. No primeiro caso, o julgamento foi iniciado na última sessão, quando o relator votou pelo recebimento da denúncia sem afastamento ou decretação de custódia pre-

ventiva, mas o desembargador Leandro dos Santos pediu vista e os demais aguardam. Duas ADIs foram ajuizadas pelo Ministério Público do Estado, uma contra lei do Município de Araruna e outra de Bayeux. Os gestores de Nova Olinda e João Pessoa também pedem a inconstitucionalidade de leis elaboradas pelas respectivas Câmaras, enquanto a ADI requerida pelo prefeito de Bayeux contra a Câmara Muni-

cipal retorna à pauta. São relatores os desembargadores João Alves da Silva, Osvaldo Trigueiro do Valle Filho e Maria das Graças Moraes Guedes. Constan, ainda, duas ADIs ajuizadas pelo governador do Estado contra Lei do Município de Santa Helena e Serra Branca. A última ADI da pauta foi apresentada pela Associação Brasileira dos Distribuidores de Energia Elétrica contra Lei do Município de João Pessoa.

Contemplada. A Defensoria Pública do Estado vai receber uma van equipada com escritório móvel. A chegada do equipamento está prevista para o mês de agosto e foi anunciada pelo secretário nacional de Proteção Global, Sérgio Augusto de Queiroz.

Comissão debate o sistema penitenciário

A Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Paraíba (OAB-PB), se reuniu, na semana passada com representantes do Ministério Público Federal (MPF), da Defensoria Pública do Estado da Paraíba e com o secretário estadual da Administração Penitenciária, Coronel Sérgio Fonseca, para discutir assuntos relacionados ao sistema

penitenciário paraibano. A presidente da Comissão de Direitos Humanos, Leilane Soares, que representou a OAB-PB na reunião informou que o momento fez parte de uma série de reuniões com secretários de Estado para discussão de melhorias no sistema de Segurança Pública. "Estamos trabalhando em parceria com o MPF, a DPE/PE e DPU para dialogarmos com as secreta-



Parceria. Membros da OAB em reunião com Sérgio Fonseca

rias e ajustarmos condutas que visem a proteção de direitos dos que integram o sistema prisional e socioeducativo do nosso Estado."

Café Pensante. No início do mês, a Comissão realizou o 2º Café Pensante, com o tema

Justiça Restaurativa e Segurança Pública: O diálogo como alternativa da resolução de conflitos. Na oportunidade, foram apresentadas as experiências de aplicação de práticas restaurativas em projetos da Polícia Militar da Paraíba e no sistema prisional paraibano.

+ Órgãos encontram irregularidades

O Ministério Público Federal (MPF), a Defensoria Pública da União (DPU) e a Defensoria Pública do Estado (DPE) expediram na semana passada recomendação conjunta à Prefeitura Municipal de João Pessoa acerca das irregularidades encontradas durante inspeção realizada pelos três órgãos na localidade. Os órgãos cobram da prefeitura que reveja e aperfeiçoe o planejamento das demolições, sobretudo que não iniciem antes das 8h e que haja comunicação prévia aos moradores vizinhos sobre dia e horário. Para o procurador da República José Godoy Bezerra de Souza, sem que se resolva a questão dos moradores, a obra pode significar desperdício de recursos públicos.

Por conta da inspeção, os órgãos também recomendam que as demolições não prejudiquem a estrutura de casas vizinhas que estão ocupadas. Ainda demandam que haja a remoção dos entulhos, reparo dos prejuízos causados, como conserto de canos hidráulicos rompidos e retirada da fiação elétrica exposta, e ainda, que seja restabelecida a regularidade do serviço de coleta de lixo na comunidade ribeirinha.

A recomendação tem por base relatório social, produzido por assistente social da DPU, e demanda a prefeitura a sanar em 15 dias as irregularidades identificadas para reduzir os transtornos causados ao sossego dos moradores, assegurar o não comprometimento da estrutura das casas que continuam ocupadas e não expor a risco a saúde dos moradores da comunidade.

O defensor público federal Edson Júlio de Andrade Filho, um dos signatários da recomendação, esclareceu que "as demolições que estão sendo realizadas restringem-se às casas de uns poucos moradores que fizeram acordo com a prefeitura e aceitaram deixar a comunidade; a grande maioria dos moradores não aceitou o acordo proposto pela prefeitura e tem o direito de permanecer naquela comunidade tradicional consolidada".

Ainda conforme o defensor público, a recomendação não visa questionar a permissão da prefeitura para realizar as demolições das casas das pessoas que aceitaram sair, mas que regularizem a execução.

"Estamos apenas cobrando da prefeitura que realize essas demolições com o cuidado e a atenção necessários à saúde física e mental das famílias que permanecem na comunidade e sem prejudicar a estrutura de suas casas", explica o defensor.

"O Ministério Público Federal espera que a recomendação seja acatada e a prefeitura, sempre que for atuar na área, demolindo alguma casa com autorização do respectivo morador, o faça de modo que respeite o direito das demais pessoas que estão lá", afirmou o procurador José Godoy. Segundo ele, o Ministério Público está acompanhando o caso e verificando a questão da obra, "visto que é feita com recursos federais e que iniciá-la, sem que se resolva a questão dos moradores, pode significar desperdício de recursos públicos", alertou.

Para a defensora pública Lydiana Ferreira Cavalcante, a expectativa é que a prefeitura acolha as recomendações solicitadas pelos órgãos de defesa dos direitos humanos em prol dos cidadãos que preferiram continuar residindo no Porto do Capim. Área que é considerada uma comunidade tradicional ribeirinha.

Dentre as irregularidades registradas no relatório social do MPF, destaca-se que as demolições estavam sendo iniciadas às 6h e sem qualquer comunicação prévia aos moradores das casas imediatamente vizinhas, bem como, que os agentes da prefeitura não estariam adotando as medidas necessárias para garantir que a estrutura das casas que continuam ocupadas não sejam afetadas pelas demolições em curso, já que algumas casas da localidade são "geminadas" aquelas que estão sendo demolidas.

Verificou-se também que a prefeitura não estava recolhendo os entulhos produzidos pelas demolições e que, antes mesmo de se iniciar esse processo de demolições, a prefeitura teria suspenso a coleta de lixo na comunidade do Porto do Capim. Caso não seja cumprida a recomendação, os órgãos recomendantes adotarão as medidas jurídicas necessárias em favor da comunidade do Porto do Capim. A inspeção dos órgãos públicos na comunidade foi realizada no início deste mês.